



Segurança na pauta dos candidatos

Celina Leão (PP) e Leandro Grass (PT) explicam propostas voltadas a uma das áreas mais sensíveis do DF. Especialistas analisam a viabilidade dessas medidas e os custos para o Fundo Constitucional

» DARCIANNE DIOGO
» IAGO MAC CORD

A oito dias para o segundo turno das eleições que definirá a governança da capital federal, Celina Leão (PP) e Leandro Grass (PT) estreitam o diálogo com a população e clarificam as propostas voltadas a uma das áreas-chave do DF: a segurança pública. Apesar da discordância em inúmeras pautas, os candidatos concordam sobre a valorização da carreira policial e a modernização em sistemas de segurança.

Lançado em 27 de fevereiro deste ano pela Secretaria de Segurança Pública (SSP-DF), o DF 360 está no plano de governo de ambos os candidatos. Em uma única plataforma, o programa reúne imagens e informações provenientes de câmeras de videomonitoramento, radares e sensores instalados em diferentes pontos do DF. São mais de 5 mil equipamentos integrados em diferentes regiões.

Governadora em busca de reeleição, Celina prevê a modernização com a inteligência artificial do DF 360 e do Centro Integrado de Operações de Brasília (Ciob), estrutura que reúne 22 órgãos e agências do DF dedicados à segurança, mobilidade, fiscalização e saúde.

“Quero ampliar o policiamento nas nossas cidades, fortalecer a inteligência policial, combater o crime organizado, investir em tecnologia e valorizar cada vez mais os nossos policiais e profissionais da segurança. Também vamos fortalecer o DF 360, modernizar nossas estruturas e levar delegacias e batalhões para as regiões que ainda não contam com esses serviços”, frisou Celina Leão.

Se eleito, Grass promete criar a Rede Sentinela, que buscará transformar o DF 360 numa rede ativa, com salas de análise regionais 24h dimensionadas por número de câmeras, inteligência artificial para detecção e resposta rápida, estendendo o monitoramento à redução da letalidade policial por meio de câmeras corporais e controle interno.

Ações e carreiras

No combate à violência contra a mulher, os candidatos citaram os equipamentos voltados à proteção da vítima, como o Viva Flor, Mulher Segura e Protegida e o Prevenção à Violência Doméstica. Grass planeja implementar a Patrulha Maria da Penha para fiscalizar medidas protetivas, com avaliação de risco padronizada no primeiro atendimento, além da expansão da Casa da Mulher Brasileira reunindo delegacia, Defensoria e Juizado.

“Não vai ter bandido na rua, porque não vai ter vida mole para eles”, afirmou Leandro Grass. Celina destacou o avanço na infraestrutura de atendimento do governo atual e a criação de uma plataforma unificada que facilita o primeiro contato da vítima com os órgãos de apoio. “Saímos de 14 para 32 equipamentos de proteção às mulheres”, destacou.



Três perguntas para | Eduardo Galvão, especialista em relações governamentais e professor do Ibmec Brasília

A promessa de isonomia salarial da PCDF com a PF, feita por Celina Leão, cabe no Fundo Constitucional?

A valorização dos profissionais é importante, mas a viabilidade depende do impacto financeiro. O Fundo Constitucional prevê cerca de R\$ 30,3 bilhões para 2027, dos quais R\$ 16 bilhões vão para a segurança. Esses valores já contemplam compromissos existentes. Como a remuneração envolve a União, a articulação federal é indispensável para garantir que o reajuste seja sustentável sem comprometer saúde e educação.

Como sustentar concursos para PMDF, PCDF e CBMDF, propostos por Leandro Grass, com as travas fiscais?

Um plano plurianual ajuda a distribuir contratações e compatibilizá-las com o orçamento. Cada concurso envolve formação, equipamentos e compromissos permanentes na folha de pagamento. A execução dependerá de um cronograma realista e articulação com o governo federal. O concurso não termina na nomeação; é um compromisso financeiro de longo prazo.

Qual será o maior desafio financeiro do próximo governante no DF a partir de 2027?

O principal desafio será conciliar reajuste salarial, recomposição de efetivo e modernização dentro de um orçamento com despesas engessadas. Como a segurança do DF depende do Fundo Constitucional e de competências federais, a capacidade de negociação com a União e o planejamento plurianual serão determinantes para que promessas de campanha viam políticas públicas com financiamento garantido.

providência e vão embora daqui, porque não vai ter vida mole para eles”, afirmou Leandro Grass.

Celina destacou o avanço na infraestrutura de atendimento do governo atual e a criação de uma plataforma unificada que facilita o primeiro contato da vítima com os órgãos de apoio. “Saímos de 14 para 32 equipamentos de proteção às mulheres”, destacou.

“Temos um programa de auxílio aluguel para vítimas de violência, passe livre, construímos quatro Casas da Mulher Brasileira. Nas administrações, implementamos o programa Acolhe Mulheres e juntamos tudo isso numa plataforma única, porque às vezes a mulher não quer ir à delegacia no primeiro momento. Ela quer ouvir, ser acolhida”, pontuou Celina Leão.

A valorização profissional e a ostensividade também norteiam as propostas. Grass defende transparência em promoções, abertura de microdados criminais e plano plurianual de concursos com foco em policiamento comunitário. Celina busca a isonomia salarial da PCDF com a Polícia Federal, investimento em tecnologia e

ampliação de efetivo, apoiada em estudos com especialistas e lideranças para aperfeiçoar o plano de governo.

Análise operacional

Especialistas ouvidos pelo **Correio** ponderaram que a eficácia prática dos planos apresentados pelos postulantes ao Palácio do Buriti dependerá de fatores estruturais que vão além da aquisição de novos softwares. Para o especialista em segurança pública e professor do Ibmec Brasília, Fagner Dias, o monitoramento por câmeras e inteligência artificial (IA) otimiza o direcionamento policial ao localizar veículos roubados e foragidos, mas alerta para a necessidade de capacidade técnica e mensuração criteriosa de dados.

Ao analisar a implantação de câmeras corporais no fardamento da PMDF e o déficit de pessoal — que exige ao menos mil novos policiais por ano apenas para repor aposentadorias —, o especialista argumentou que a prioridade do próximo governante deve ser a consolidação de uma políti-

ca baseada em evidências, sob o risco de comprometer as decisões de gestão.

“A estrutura administrativa e analítica merece prioridade ao lado da estrutura operacional. Uma segurança pública baseada em evidências exige capacidade institucional para produzir informações confiáveis, interpretá-las e incorporá-las às decisões de gestão”, destacou Dias.

Como medida de curto prazo, o pesquisador lembrou, ainda, que soluções temporárias, como a ampliação de cotas de serviço voluntário, ajudam a reforçar o contingente em serviço, mas exigem planejamento permanente de concursos e formação.

Limites da tecnologia

Criminóloga e professora de direito na Estácio Brasília, Ingrid Helena da Silva Souza advertiu que ferramentas de videomonitoramento e reconhecimento facial não produzem segurança automaticamente, apontando que alertas tecnológicos jamais podem ser tratados como prova ca-

bal de autoria sem rigorosa conferência humana.

Ao examinar as propostas de enfrentamento ao feminicídio e o uso de inteligência artificial em vias públicas, a professora fez um alerta incisivo sobre a verdadeira gargalo do sistema de segurança do DF, destacando que a modernização exige investimento contínuo em capital humano e gestão de processos.

“Na minha avaliação, o gargalo mais urgente é transformar a informação disponível em uma resposta estatal contínua: prevenir, atender rapidamente, investigar com qualidade e proteger quem está em risco. A tecnologia pode mostrar onde uma ocorrência aconteceu, mas não substitui equipes preparadas, investigação, perícia e articulação entre os serviços públicos”, enfatizou Ingrid.

A criminóloga desmistificou a oposição entre policiamento ostensivo e comunitário, reforçando que a eficiência não está na circulação indiscriminada de viaturas, mas na capacidade de identificar e resolver problemas específicos de cada região administrativa.

O que está nas bandeiras

Eixo Temático

Celina Leão (PP)
Leandro Grass (PT)

Tecnologia e Monitoramento

- Expansão e uso de inteligência artificial no sistema DF 360.
- Modernização e fortalecimento do Centro Integrado de Operações (Ciob).
- Transformação do DF 360 na Rede Sentinela, com salas de análise regionais 24h e IA.
- Implementação de câmeras corporais no fardamento policial.

Combate à Violência Contra a Mulher

- Ampliação de equipamentos de apoio (Acolhe Mulheres e auxílio-aluguel).
- Integração dos serviços de acolhimento em plataforma única e novas Casas da Mulher Brasileira.
- Criação da Patrulha Maria da Penha e avaliação de risco padronizada no 1º contato.
- Monitoramento 24h e Comitê de Revisão de Feminicídios para falhas na rede.

Efetivo e Presença nas Ruas

- Levar novas delegacias e batalhões para regiões desatendidas.
- Reforço no policiamento ostensivo e inteligência contra o crime organizado.
- Plano plurianual de concursos para recomposição do déficit na PMDF, PCDF e CBMDF.
- Adoção da doutrina de policiamento comunitário fixado nos bairros.

Valorização Profissional

- Busca pela isonomia salarial entre a Polícia Civil do DF e a Polícia Federal.
- Investimento em infraestrutura e novas tecnologias de apoio às forças.
- Transparência nos critérios de promoção e mesa permanente com praças e oficiais.
- Programa de atenção à saúde mental e suporte jurídico ao policial.

Inteligência e Gestão Estratégica

- Estudos em andamento com lideranças para aperfeiçoar o plano de governo.
- Unidade de inteligência patrimonial para asfixia financeira de facções.
- Pesquisa periódica de vitimização como indicador oficial de gestão.